

Violência invisível: percursos das microagressões da etnia ao gênero

(Invisible violence: paths of microaggressions from ethnicity to gender)

(Violencia invisible: caminos de las microagresiones de la etnicidad al género)

Gabriel Ponce de Leão Lima Almeida¹
Daniela dos Santos Dantas²
André Luiz Machado das Neves³

RESUMO: O tema violência está em voga com suas diversas facetas. Com a popularização dos estudos das microagressões, se faz o questionamento: como se forjam estas pesquisas acerca das microagressões e qual as suas relevâncias? Este artigo busca analisar a evolução das pesquisas sobre microagressão e como se amplia sua temática. Para isto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo narrativa, tendo como fontes de informação as bibliotecas digitais científicas como SciELO, Google Scholar e outros por artigos, livros e outras publicações sobre a temática. Como resultado, se percebe que as pesquisas com microagressões ainda estão se estruturando, destacando-se mais recentemente, por volta de 2010, sendo necessário maior debate quanto à estruturação e limitações da temática. Apesar de inicialmente utilizada para compreender violências simbólicas relacionadas à etnia, microagressões também podem analisadas em outros temas, como gênero e sexualidade, de forma igualmente relevante.

PALAVRAS-CHAVE: Microagressões; Etnia; Gênero; Violência.

Abstract: The theme of violence is in vogue with its different facets. With the popularization of studies on microaggressions, the question arises: how is this research on microaggressions created and what are their relevance? This article seeks to analyze the evolution of research on microaggression and how its theme is expanding. For this, narrative-type bibliographic research was carried out, using scientific digital libraries as sources of information such as SciELO, Google Scholar and others for articles, books and other publications on the subject. As a result, research on microaggressions is still being structured, most recently around 2010, requiring greater debate regarding the structure and limitations of the topic. Although initially used to understand symbolic violence related to ethnicity, microaggressions can also be analyzed in other themes, such as gender and sexuality, in an equally relevant way.

Keywords: Microaggressions; Ethnicity; Gender; Violence.

Resumen: El tema de la violencia está de moda con sus diferentes facetas. Con la popularización de los estudios sobre microagresiones surge la pregunta: ¿cómo se generan estas investigaciones sobre microagresiones y cuál es su relevancia? Este artículo busca analizar la evolución de las investigaciones sobre microagresión y cómo su temática se va expandiendo. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica de tipo narrativo, utilizando como fuentes de información bibliotecas científicas digitales como SciELO, Google Scholar y otras para artículos, libros y otras publicaciones sobre el tema. Como resultado, está claro que la investigación sobre las microagresiones aún se está estructurando, la más reciente alrededor de 2010, lo que requiere un mayor debate sobre la estructura y las limitaciones del tema. Aunque inicialmente se utilizaron para comprender la violencia simbólica relacionada con la etnicidad, las microagresiones también pueden analizarse en otros temas, como el género y la sexualidad, de manera igualmente relevante.

Palabras clave: Microagresiones; Etnicidad; Género; Violencia.

1 Doutorando em Saúde Pública na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. Email: gabrielponceleao@gmail.com.

2 Doutoranda em Saúde Pública na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestra em Processos Psicossociais pela Universidade Federal do Amazonas. Email: dani_sansilva@hotmail.com.

3 Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Permanente da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas. Email: almachado@uea.edu.br.



1 Introdução

As microagressões referem-se a manifestações sutis, frequentes e, muitas vezes, naturalizadas de preconceito direcionadas a determinados grupos ou indivíduos. Essas expressões variam conforme o grupo social em questão (Sue *et al.*, 2007). Por ocorrerem geralmente por meio de comportamentos cotidianos, como falas, gestos ou até mesmo olhares, as microagressões muitas vezes passam despercebidas por quem as pratica, mas são plenamente percebidas e sentidas por quem as sofre (Almeida; Neves, 2024).

O conceito de microagressão surgiu originalmente para descrever as formas sutis de discriminação vivenciadas por pessoas negras, mas permaneceu pouco utilizado por décadas, até ser retomado em 2007 com o mesmo foco racial (Williams; Skinta; Martin-Willett, 2021). A partir daí, o campo de estudos se expandiu para abranger também as experiências de outros grupos étnicos, como asiáticos, latinos e nativo-americanos. Posteriormente, os debates incorporaram questões de gênero, com ênfase inicial nas vivências de mulheres cisgênero, e passaram a dialogar com perspectivas interseccionais envolvendo etnia e gênero. Mais recentemente, o escopo temático se ampliou ainda mais, incluindo discussões sobre sexualidade e identidades de gênero diversas, como pessoas trans e não binárias, também em articulação com as interseccionalidades.

Sendo um conceito relativamente recente, o uso do termo microagressões em diferentes contextos e grupos sociais tem sido alvo de questionamentos, especialmente no que diz respeito à sua estrutura conceitual, limitações e aplicabilidade como objeto de pesquisa. Isso se deve, em parte, à popularização dos estudos sobre microagressões apenas nas últimas duas décadas. Nesse sentido, torna-se fundamental examinar como o conceito foi desenvolvido, em que medida pode ser aplicado a outros grupos minoritários além daquele para o qual foi originalmente proposto, e quais são suas potenciais contribuições para investigações futuras.

Com esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter narrativo. A revisão narrativa consiste em um tipo de revisão de literatura que busca sintetizar e interpretar, de forma qualitativa, os conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, oferecendo uma visão ampla e crítica da área. Essa abordagem permite destacar principais descobertas, lacunas, controvérsias e tendências nos estudos existentes (Rother, 2007).

Embora esse tipo de revisão não siga um protocolo rígido e padronizado para a seleção e análise dos estudos (Rother, 2007), a coleta de dados que fundamenta este trabalho foi organizada a partir de um recorte temporal compreendido entre 2007 e 2023. A busca por materiais foi realizada em bibliotecas digitais científicas, como SciELO, Google Scholar, Periódicos e Science.gov, utilizando-se termos como “microagressões”, “gênero”, “sexualidade” e “etnia”, bem como



suas versões em inglês — microaggressions, gender, sexuality e ethnicity. Foram incluídos artigos, livros e outras publicações de alto impacto que abordam o tema das microagressões sob diferentes perspectivas e ao longo do tempo. Essa estratégia permitiu contextualizar os avanços recentes da área, formular hipóteses relevantes e construir uma base teórica sólida para o desenvolvimento de futuras investigações.

Para isto, este artigo, na próxima seção, revisita o tema da violência e poder, lançando mão de duas perspectivas epistemológicas diferentes, mas que iluminam a forma de compreender o poder, elemento central no estudo das microagressões. Posteriormente o texto segue para uma análise do ostracismo, preconceito e discriminação, onde serão discutidos seus impactos ao ponto que começam a ser percebidos como uma forma elaborada de se manter controles sociais, utilizando ataques imperceptíveis à maioria das pessoas acostumadas àquela realidade, que posteriormente se materializa como as microagressões propriamente ditas. Se finaliza com a análise das microagressões, a história da criação do termo e seu período de voga, desenvolvendo então os diversos grupos vulneráveis com que se começam a realizar pesquisas.

2 A violência e poder: um olhar social

A temática da violência, por ser um fenômeno complexo, há décadas vem sendo estudada por pesquisadores que lançam diversos olhares tentando compreender este fenômeno sob o viés social, biomédico, psicológico e filosófico. Sob a perspectiva da saúde, a Organização Mundial da Saúde – OMS (Organização Mundial da Saúde, 2002, p. 5), compreende a violência como o:

[...] uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

A compreensão da violência como um fenômeno intimamente relacionado à saúde é reforçada por sua vinculação ao conceito de qualidade de vida, uma vez que suas consequências — como lesões físicas e psíquicas — geram demanda por serviços de atenção à saúde (Minayo, 2004). Embora esteja presente no campo da saúde, o fenômeno da violência tem origem frequentemente associada às dinâmicas sociais, às relações humanas e ao contexto em que essas relações se desenvolvem. Ainda que analisado predominantemente sob a ótica social, trata-se de um fenômeno multifacetado, que também pode ser interpretado a partir de perspectivas culturais, biológicas e psicológicas.

É, portanto, essencial compreender a violência enquanto fenômeno social, investigando as diferentes formas de explicá-la. O que a fundamenta? Em quais contextos ela emerge e se propaga?



Nesse debate, destaca-se a contribuição de Hannah Arendt, que se debruça sobre a relação entre violência e poder nas estruturas de organização política. A autora questiona se há uma influência mútua entre esses dois elementos, propondo que a violência, embora não seja equivalente ao poder, está relacionada a ele por escolha e pela condição humana. Segundo Arendt (2022), a violência é uma resposta à percepção de injustiça, uma tentativa de restaurar um equilíbrio, e requer, ainda que minimamente, uma relação de poder. O poder, por sua vez, é o objetivo a ser alcançado — uma construção coletiva —, enquanto a violência representa o meio pelo qual se tenta atingi-lo, geralmente por meio do medo e da opressão.

Arendt (2022) distingue claramente entre poder e violência: o poder é resultado da ação conjunta e da capacidade de um grupo de agir coletivamente, enquanto a violência é de natureza instrumental e frequentemente expressa a impotência. Tal distinção é fundamental para a compreensão das formas de manifestação da violência em contextos nos quais o poder político e social se mostra fragmentado ou ausente, como ocorre em comunidades em situação de vulnerabilidade.

Já Maria Cecília Minayo (2004), uma das principais pesquisadoras brasileiras na interface entre violência e saúde coletiva, oferece uma contribuição significativa para a compreensão da violência sob a ótica da saúde pública. A autora analisa a violência como um fenômeno complexo, multifacetado e profundamente enraizado nas desigualdades sociais. Sua abordagem destaca a importância de compreender os determinantes sociais da violência, bem como a necessidade de políticas públicas integradas e intersetoriais para seu enfrentamento.

A escolha por autoras como Hannah Arendt e Maria Cecília Minayo para fundamentar a análise da relação entre violência e poder neste estudo foi intencional e está alinhada aos objetivos da revisão narrativa adotada. Diferentemente das revisões sistemáticas, a revisão narrativa permite maior flexibilidade na seleção de autores, teorias e abordagens, favorecendo uma análise ampla, crítica e contextualizada de fenômenos sociais complexos.

Assim, este trabalho busca construir uma leitura atualizada dos significados de violência e poder, incorporando também a perspectiva de um terceiro autor. O objetivo não é refutar ou contrariar as contribuições das teorias sociais clássicas, mas sim complementá-las, ampliando o escopo analítico e fortalecendo uma abordagem interdisciplinar sobre o tema. O terceiro e último autor, mas não menos importante, é Michel Foucault (1995), cuja contribuição é fundamental para se pensar o poder como prática social. Para Foucault, o poder não deve ser entendido como uma posse fixa ou atributo estático de indivíduos ou instituições, mas como algo que se exerce nas relações sociais. Em outras palavras, o poder não “é”, ele “está” — manifesta-se de maneira



difusa, situacional e contingente.

Foucault (1995) propõe o termo “relação de poder” para descrever essas dinâmicas, que estão presentes em contextos sociais, políticos e econômicos diversos, tanto em escalas macro quanto micro. Um ponto central em sua análise é que, para que exista uma relação de poder, ambas as partes envolvidas devem possuir um grau mínimo de liberdade. Ou seja, o poder só se exerce quando aquele que é subjugado tem a possibilidade, ainda que limitada, de resistir — de dizer “sim” ou “não”. Nas situações em que não há essa possibilidade de escolha, e a força é imposta de forma unilateral, trata-se não de uma relação de poder, mas de violência.

Essa distinção é essencial para compreender uma de suas teses mais provocadoras: o poder, em si, não é intrinsecamente bom ou mau. Seu valor moral dependerá das condições em que é exercido e das formas pelas quais os sujeitos se posicionam frente a ele. Desse modo, indivíduos subjugados podem, muitas vezes, consentir com formas de dominação de maneira velada ou inconsciente, o que revela a complexidade das relações de poder e a importância de analisá-las criticamente.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (Foucault, 1995, p. 235).

O conceito de poder é abordado por diferentes perspectivas teóricas, e uma importante contribuição nesse debate é oferecida por Pierre Bourdieu, que introduz a noção de poder simbólico. Ao contrário de Hannah Arendt, que entende o poder como manifestação da ação política coletiva, e de Michel Foucault, que o concebe como algo relacional e transitório, Bourdieu interpreta o poder como expressão das identidades sociais, profundamente enraizado nas estruturas sociais e nos mecanismos de reprodução das desigualdades.

O poder simbólico é definido por Bourdieu (1989) como uma forma de dominação legitimada, exercida de maneira sutil e, muitas vezes, invisível, tanto para quem o exerce quanto para quem o sofre. Trata-se de um tipo de poder que opera por meio da naturalização de hierarquias sociais, sendo perpetuado por estruturas simbólicas como a linguagem, a religião, a arte, a educação e outros sistemas culturais. Esses sistemas simbólicos funcionam como instrumentos de imposição dos valores e normas das classes dominantes, produzindo e reproduzindo esquemas de percepção e classificação social que contribuem para a manutenção das desigualdades.

Ao legitimar essas assimetrias como se fossem naturais ou universais, o poder simbólico cumpre uma função política fundamental: ele sustenta a dominação sem o uso explícito da coerção, tornando-a aceitável ou até mesmo imperceptível. Dessa forma, a análise bourdieusiana



amplia a compreensão do poder ao demonstrar como ele se manifesta em práticas cotidianas e em instituições sociais, contribuindo para a perpetuação das estruturas de classe.

No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte (...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 7-8).

Bourdieu (1989) aponta para um conceito de poder não-físico sem o impacto da violência física, apesar de poder culminar nessa violência. Esse constante reforço da norma dominadora ataca a identidade do sujeito e algumas vezes essa prática acaba por acontecer sem que o próprio agressor ou a vítima se deem conta da violência sofrida e praticada, estando eles tão imersos neste sistema que sequer percebem o ataque.

Para exemplificar como a violência pode se manifestar de forma sutil, é possível recorrer a uma de suas subdivisões: a violência simbólica de gênero. Esse tipo de violência incide sobre identidades específicas, especialmente aquelas que desafiam normas sociais patriarcais e machistas. A violência simbólica de gênero atua como base para outras formas mais evidentes de agressão, sendo muitas vezes a primeira a ocorrer, por estar profundamente ancorada em padrões culturais que naturalizam a desigualdade entre os gêneros (Soihet, 1997; Sardenberg, 2011). Apesar de afetar de maneira mais intensa as mulheres, seus efeitos podem atingir todos os gêneros, contribuindo para a legitimação social das violências físicas, emocionais e institucionais.

Esse tipo de violência se manifesta no cotidiano por meio de práticas aparentemente inofensivas, como expressões culturais, ditados populares ou peças publicitárias que atribuem às mulheres características negativas ou limitadoras — como a suposta incapacidade para o trabalho, a erotização constante do corpo feminino ou a restrição ao espaço doméstico. Tais representações, ao serem reiteradas socialmente, contribuem para a reprodução de desigualdades estruturais e para a naturalização da dominação de gênero.

O grande perigo das violências simbólicas — seja de gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outras — reside em seu caráter silencioso e quase invisível. Por serem sutis e socialmente legitimadas, essas violências reforçam práticas discriminatórias cotidianas e funcionam como fundamento para formas mais explícitas de agressão.

Nesse sentido, Jackman (2002) argumenta que os diferentes tipos de violência — física, emocional e psíquica — podem ser direcionados em intensidades variadas a grupos específicos, como mulheres, crianças e minorias étnicas. A autora destaca que, dependendo do grupo alvo e da forma que assume, a violência pode até ser aceita ou naturalizada por aqueles que a sofrem,



especialmente quando se trata de formas indiretas, menos visíveis e mais subjetivas. Essa aceitação contribui para a persistência das desigualdades e dificulta o reconhecimento do dano sofrido.

Em primeiro lugar, assume-se que a violência é tipicamente motivada pela hostilidade e pela intenção deliberada de causar danos. Em segundo lugar, geralmente se supõe que a violência é desviante – legal, social ou moralmente – do fluxo da atividade humana. Embora essas suposições raramente sejam declaradas explicitamente, isso não diminuiu sua influência. A violência passou a ser vista como uma erupção de hostilidade que borbulhou além dos limites normais das relações sociais. Quando a violência é motivada por intenções positivas, ou é o subproduto incidental de outros objetivos, ou é socialmente aceita ou elogiada, ela escapa à nossa atenção. (Jackman, 2002, p. 388, tradução nossa).

Se compreende então que a violência não necessariamente está ligada ao campo físico, do contato, ao qual sempre é relegada. Esta pode ser empregada a partir de formas menos diretas e que causam um mesmo efeito, ou semelhante, à pessoa que sofre. Tais violências podem tomar formas diferentes, atuando de maneiras distintas, com o mesmo resultado.

Dentro do contexto de violências subjetivas se traz para a discussão o ostracismo, a exclusão social e a invisibilidade como formas de segregar e atacar grupos e indivíduos. Essa prática busca separar dos grandes centros urbanos, do acesso à educação, da segurança pública, de sistemas de saúde e saneamento pessoas consideradas indesejadas socialmente, o que, em sua maioria, abarca pessoas pobres, imigrantes, minorias étnico-raciais, dentre outros (Koonings; Kruijt, 2007).

Se percebe, então, que as relações de poder, quando não podem exercer sua força de maneira física, utilizam de métodos indiretos e subjetivos para manter seu controle. Esses métodos, por conta de sua natureza sutil, acabam se enraizando nas relações até se tornarem de difícil percepção.

3 Ostracismo, preconceito e discriminação

O ser humano possui uma necessidade psicológica básica de pertencimento, a qual o leva a moldar-se a padrões sociais e a buscar conexões significativas com os outros (Baumeister; Leary, 1995). Quando indivíduos vivenciam situações de exclusão — compreendidas como experiências interpessoais negativas que os fazem sentir-se isolados física ou emocionalmente — essa necessidade fundamental é ameaçada (Richman; Leary, 2009; Riva; Eck, 2016). A exclusão social, portanto, desencadeia uma série de reações psíquicas negativas, como dor emocional, raiva e o comprometimento de outras necessidades psicológicas, tais como autoestima, senso de controle e percepção de existência significativa (Schneider; Wesselmann; Desouza, 2017; Williams; Nida, 2011).

Essas consequências tendem a ser mais frequentes e intensas entre indivíduos que se encontram em situação de estigmatização, como membros de grupos raciais e étnicos minoritários, os quais são mais propensos a experiências de exclusão do que pessoas não estigmatizadas (Kurzban;



Leary, 2001). A estigmatização — entendida como o processo de atribuição de características desvalorizadas a uma identidade social — está diretamente relacionada a sentimentos de desvalia nas interações interpessoais, grupais ou sociais em sentido mais amplo (Goffman, 1963; Kurzban; Leary, 2001; Richman; Leary, 2009).

A maioria das pesquisas sobre exclusão social tem origem nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental (Hartgerink et al., 2015), o que torna fundamental refletir sobre a realidade brasileira, tão distinta do norte global. É necessário compreender como o processo de exclusão social se manifesta no Brasil, considerando os fatores contextuais, históricos e estruturais que marcam a formação das relações sociais no país.

No processo de construção da identidade, os indivíduos observam seu ambiente social imediato para avaliar o quanto são valorizados, aceitos e significativos para os outros (Leary, 1999). Sinais verbais ou não verbais de desvalorização ou exclusão impactam diretamente a percepção de si, podendo gerar sofrimento social, afetos negativos e a sensação de ameaça às necessidades psicológicas básicas (Pickett; Gardner, 2015). Pesquisas apontam que muitas situações de exclusão social ocorrem de maneira sutil, ambígua e, por vezes, não intencional, o que não reduz seu potencial danoso (Richman; Leary, 2009).

Um exemplo dessa forma sutil de exclusão social é o ostracismo. Inicialmente um termo cunhado na Grécia como punição de exílio para políticos corruptos, hoje é definido como uma situação em que pessoas podem se encontrar e onde são socialmente excluídos e ignorados (Williams; Nida, 2011).

Para os humanos, o ostracismo por um longo período é uma forma da morte social. No curto prazo, no entanto, existem várias maneiras pelas quais uma pessoa pode combater tal ameaça: tentando recuperar seu lugar no grupo, tentando recuperar o controle que foi perdido, ou contra-atacar atacando de alguma maneira. A dor social criada pelo ostracismo e a mudança no afeto pode alertar os indivíduos para se concentrarem no episódio do ostracismo e refletir sobre seu significado (Williams; Nida, 2011, p. 72, tradução nossa).

Diversos fatores estão associados ao fenômeno do ostracismo, os quais permitem classificá-lo em tipos específicos. O ostracismo é caracterizado como de gênero, por exemplo, quando o indivíduo percebe ser excluído ou ignorado em razão de seu sexo ou identidade de gênero (Desouza *et al.*, 2017). Outro tipo está relacionado ao racismo, manifestando-se por meio das chamadas microagressões raciais — insultos verbais, comportamentais ou ambientais, muitas vezes automáticos e sutis, que comunicam mensagens hostis e depreciativas direcionadas a pessoas que não pertencem ao grupo social hegemônico. Sue (2010) destaca que tais microagressões não se limitam a ações interpessoais diretas, podendo também estar presentes em aspectos ambientais, como estruturas institucionais, normas e práticas culturais de espaços como o ambiente de trabalho.



A natureza muitas vezes implícita dessas ações torna difícil identificar com precisão o momento em que as microagressões se iniciam.

Nesse contexto, torna-se necessário distinguir os conceitos de “preconceito” e “discriminação” para compreender os limites entre pensamentos e comportamentos dirigidos a determinados grupos sociais. O preconceito refere-se ao campo das ideias, sentimentos e percepções. Uma pessoa pode nutrir visões negativas sobre determinados grupos (seja por etnia, religião, gênero, orientação sexual, entre outros) sem necessariamente expressá-las de modo a afetar o outro. Já a discriminação ocorre quando esse preconceito se manifesta por meio de ações ou palavras que atingem negativamente o indivíduo ou grupo (Allport; Clark; Pettigrew, 1954). Assim, é possível que uma pessoa seja preconceituosa, mas não discriminatória; contudo, toda forma de discriminação implica em uma expressão prática do preconceito. A discriminação, portanto, refere-se a qualquer tratamento desigual fundamentado em preconceitos (Crawford, 2001).

As formas de discriminação podem ser subdivididas em diferentes categorias, que variam conforme a natureza e o contexto da prática. São frequentemente classificadas como: legal e ilegal; aberta (ou flagrante) e encoberta (ou sutil); institucional (ou organizacional); estrutural (ou sistêmica); e interpessoal (ou individual) (Krieger, 2014). Essas distinções são fundamentais para analisar as diversas formas de exclusão social e suas implicações nas experiências vividas por grupos historicamente marginalizados.

Um recente estudo meta-analítico comparou os efeitos da discriminação sutil com os de discriminação evidente. Jones *et al.* (2016) descreveram que a intensidade dos efeitos da discriminação sutil não foi estatisticamente inferior daqueles da discriminação evidente em todas as variáveis psicológicas, físicas, de saúde e relacionadas ao trabalho. Ao mesmo tempo ressaltam que em todos os domínios correlacionados os efeitos da discriminação sutil foram maiores em magnitude absoluta quando comparados aos efeitos gerados pela discriminação evidente. Ainda, evidenciaram que a natureza ambígua da discriminação sutil prejudica o desempenho cognitivo, por exemplo, gerando atribuições internas ao processo de discriminação, ao desenvolver pensamentos do tipo “não são eles, sou eu”, o que interfere na responsabilização pelo ato. O prejuízo cognitivo na discriminação sutil ocorre com maior frequência e tem um curso mais crônico do que na discriminação evidente.

Assim, é possível notar o impacto do ostracismo, do preconceito e da discriminação e que, mesmo sendo violências não-físicas, seus impactos são notáveis na pessoa que as sofre. Ao se questionar sobre essas violências em um recorte de etnia, se cria um termo para apontar quais são



e como podem ser classificadas as violências simbólicas e cotidianas.

4 Microagressões raciais e a criação do conceito

O termo microagressão (microaggression), como já mencionado, foi cunhado na década de 1970 pelo pesquisador Chester Pierce, ao descrever as formas sutis pelas quais pessoas negras sofriam racismo por parte de pessoas brancas. No trabalho de Pierce, o termo refere-se a ações e falas tão discretas que muitas vezes não são percebidas imediatamente, nem pela pessoa que sofre a agressão, nem pela que a pratica.

Embora alguns estudos posteriores tenham retomado o conceito de microagressão, a maior parte deles manteve o foco original de Pierce, ou seja, em ataques sutis dirigidos a pessoas negras. Entretanto, esses trabalhos não alcançaram grande repercussão, tampouco popularizaram o uso do termo.

É importante, neste contexto, fazer uma rápida contextualização dos conceitos de raça e etnia, frequentemente abordados nas discussões sobre microagressões contra pessoas negras. O conceito de raça, embora amplamente utilizado em expressões-chave como “microagressões raciais”, não possui fundamentação biológica ou científica que o sustente enquanto categoria natural, visto que não é capaz de representar adequadamente as diferenças genéticas e biológicas entre grupos humanos diversos. Trata-se, portanto, de uma construção social e histórica que serviu para legitimar relações de poder baseadas em características físicas (Munanga, 2004).

Outros termos, como cor e etnia, procuram agrupar indivíduos levando em conta aspectos distintos. A etnia engloba, além das características físicas, traços culturais e sociais compartilhados por determinados grupos. Contudo, o uso do conceito de etnia ainda não é plenamente consolidado em todas as áreas do conhecimento, especialmente fora das ciências sociais (Guimarães, 2011). Por sua vez, o termo raça tem sido ressignificado, deixando de ser usado apenas para justificar desigualdades, passando a representar grupos específicos em termos tanto de cor quanto de cultura. Já o conceito de cor, apontado por alguns como uma alternativa mais adequada para debates sobre diversidade, ainda é menos utilizado do que o termo raça.

Essa contextualização se articula diretamente com os termos empregados nas pesquisas sobre microagressões raciais, que, desde a década de 1980, vêm adotando diferentes nomenclaturas, como “raça”, “etnia” ou “cor”. Embora tais pesquisas raramente explicitem os critérios para a escolha de um termo em detrimento de outro, há uma convergência no sentido de abordar, em geral, características físicas e culturais dos grupos estudados.

O termo microagressão, originalmente restrito à análise do racismo contra pessoas negras,



ganha novo impulso e ampliação semântica a partir do trabalho de Sue *et al.* (2007). Nessa pesquisa, os autores não apenas categorizam os tipos de microagressões, como também afirmam que microagressões raciais tendem a ocorrer na maioria dos encontros inter-raciais. Além disso, argumentam que essas manifestações sutis de violência simbólica podem atingir outros grupos marginalizados, como mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros. Esse trabalho é um marco na consolidação do conceito e contribui para a expansão de estudos sobre microagressões em contextos variados, envolvendo diferentes marcadores sociais da diferença.

Apesar do amplo uso do termo após a publicação de Sue *et al.*, para os fins desta análise é necessário retomar e articular a noção de violência simbólica, já discutida anteriormente, e refletir sobre suas diferenças em relação ao conceito de microagressão. A ideia de violência simbólica, formulada por Bourdieu (1989), refere-se à dominação exercida por meio de significados e valores culturais que são naturalizados e aceitos tanto pelos dominadores quanto pelos dominados. Trata-se de uma forma de violência sutil e invisível, que se impõe sem coerção física direta, sustentada por estruturas sociais e simbólicas.

Já o conceito de microagressão, cunhado inicialmente por Pierce (1970), insere-se especificamente nas dinâmicas do racismo estrutural experimentado por pessoas negras nos Estados Unidos. Diferente da violência simbólica, que é mais ampla e ligada à reprodução de estruturas de poder, as microagressões envolvem interações interpessoais marcadas por sutilezas, muitas vezes imperceptíveis tanto para quem as comete quanto para quem as sofre. Contudo, ambas as noções compartilham o caráter insidioso e cotidiano da violência, bem como seus efeitos profundos na subjetividade dos indivíduos.

A popularização do termo microagressão ocorre especialmente a partir da década de 2010, com seu crescente uso em pesquisas acadêmicas e no discurso público, sobretudo no debate sobre racismo. Em 2015, o termo “microaggression” foi escolhido como a palavra do ano pela Global Language Monitor, empresa que monitora o uso de palavras em língua inglesa, evidenciando sua difusão no vocabulário social contemporâneo. A partir desse cenário, diversas investigações empíricas passaram a ser desenvolvidas, como estudos sobre as diferenças de gênero nas percepções de terceiros sobre microagressões contra mulheres no ambiente de trabalho (Basford; Offermann; Behrend, 2014), microagressões de gênero (Capodilupo *et al.*, 2010), e microagressões de gênero e etnia no contexto acadêmico (McCabe, 2009), entre outras.

Ao se falar sobre microagressões raciais, Sue *et al.* (2007) apontam para a existência de três formas distintas de microagressão, sendo elas *microassault*, *microinsult* e *microinvalidation*. O *microassault* seria uma forma mais direta de violência e que seria uma maneira consciente de



se atacar outra etnia, como utilizar palavras que agridem a identidade, tratamento desigual ou mesmo utilizar símbolos de supremacia racial. Já o *microinsult* se pauta em uma comunicação insensível ou rude por parte do agressor, ao carregar em sua fala uma ideia que, ao se analisar o contexto, inferioriza, duvida da capacidade e exclui do diálogo outra pessoa, baseado em sua etnia. A terceira e última forma de microagressão seria a *microinvalidation*, ocorrendo normalmente via comunicação oral, utilizada para negar, excluir ou diminuir a realidade de pessoas que sofrem discriminação ou preconceito por questões raciais, ignorando o contexto social em que vivem e suas vivências. Apesar da popularização do termo no campo da pesquisa, o processo de elaboração dos limites da pesquisa sobre microagressão ainda são elaborados enquanto estas são realizadas.

O termo microagressão é também alvo de críticas quanto ao seu significado, encontrando debates sobre o que entraria em sua definição e se é suficiente para representar o que propõe. Em seu livro “Como ser antirracista”, o autor Ibram X. Kendi (2020) aponta um movimento de troca de palavras e novas significações que acabam por ser desvios para o que deveria ser puramente chamado de racismo, sem a necessidade de criação de novos termos.

Eu não uso mais “microagressão”. Detesto a plataforma pós-racial que apoiou sua repentina popularidade. Detesto seus componentes — “micro” e “agressão”. Um persistente burburinho diário de abuso racista não é ‘micro’. Eu uso o termo “abuso”, porque agressão não é um termo adequado. Abuso descreve com exatidão o ato e seus efeitos nas pessoas: angústia, raiva, preocupação, depressão, ansiedade, dor, fadiga e suicídio (Kendi, 2020, p. 53).

A utilização do termo microagressão para descrever falas ou ações que poderiam ser diretamente identificadas como racismo, por exemplo, tem sido objeto de críticas entre pesquisadores. Muitos deles expressam preocupação com os limites conceituais do termo, mesmo reconhecendo a importância de desenvolver estudos que o utilizem como ferramenta analítica (Garcia; Johnston-Guerrero, 2015; Freeman; Stewart, 2021).

A própria comunidade científica apresenta posicionamentos críticos quanto ao uso e à definição do conceito. Lilienfeld (2017) destaca fragilidades associadas à amplitude e à falta de precisão científica do termo. Um dos pontos levantados pelo autor é que, na classificação proposta por Sue et al. (2007), a identificação da microagressão depende majoritariamente da percepção subjetiva de quem a sofre, o que pode levar a interpretações descontextualizadas e excessivamente pessoais. Além disso, assim como Kendi, Lilienfeld argumenta que algumas categorias descritas como microagressões são tão explícitas que estariam mais adequadamente classificadas como manifestações evidentes de racismo, sendo questionável, portanto, o uso do prefixo “micro”. Ainda assim, o autor não descarta a relevância do conceito e propõe um debate mais rigoroso para que seu uso em pesquisas científicas seja melhor fundamentado.



Em resposta às críticas de Lilienfeld, Williams (2020) defende que o conceito de microagressão está suficientemente bem delimitado e que a existência de termos correlatos não representa um problema, desde que cada um se refira a aspectos distintos e específicos dos fenômenos sociais. A autora concorda que o contexto é essencial para a identificação das microagressões, mas ressalta que isso não é incomum nas ciências sociais, que frequentemente lidam com fenômenos dependentes de variáveis situacionais. Por fim, Williams esclarece que o termo “micro” não se refere à intensidade ou à gravidade da agressão, mas à sua sutileza — ou seja, ao caráter frequentemente velado, implícito ou despercebido da violência, tanto por parte de quem a comete quanto de quem a sofre.

Não apenas sobre o conceito e as delimitações das microagressões se fazem pesquisas, mas também sobre a voga deste tema. Williams, Skinta e Martin-Willett (2021) analisaram a taxonomia de diversas pesquisas sobre microagressões baseadas no trabalho de Sue et al. (2007.), em que as categorias de microagressão racial são as mesmas delimitadas pelos pesquisadores, com a expansão de novas categorias propostas a cada nova pesquisa. Os autores por fim sugerem uma unificação do que apontam como “linguagem da microagressão”.

Já outras pesquisas, como a de Wong *et al.* (2014) apontam para a alta relevância das microagressões em trabalhos científicos, que pode abrir novos questionamentos que não poderiam ser explorados de outras formas, sempre apontando para a necessidade de elaboração do conceito de microagressões e desenvolvimento pela comunidade científica. A constante elaboração de pesquisas sobre o tema se dá por conta das possibilidades de investigação do fenômeno levando em consideração a interseccionalidade e os recortes sociais. Enquanto algumas pesquisas elaboram sobre as microagressões raciais em ambientes como a escola e faculdade e levam em consideração as particularidades destes locais (Franklin, 2016; Yosso *et al.*, 2009) como também outras realidades, como as microagressões raciais no trabalho (Nadal, 2011).

Quanto à sua importância no campo da pesquisa, é válido mencionar que certos termos dividem significados semelhantes ou idênticos quando se fala dos diversos tipos de violência e discriminação. No estudo de Jones *et al.* (2016), estes procuraram analisar e correlacionar na literatura casos de comportamento negativo por meio de preconceito baseado em posição social de minorias e os separaram em dois tipos: as discriminações sutis, que englobariam discriminações indiretas e não-intencionadas como as microagressões e a “discriminação do dia a dia”, e as discriminações evidentes, que seriam os comportamentos explícitos e conscientes, não ambivalentes, como a discriminação direta e formal. Como resultado da pesquisa, foi sugerido que tanto as discriminações sutis quanto as evidentes tinham o mesmo impacto na reação da pessoa



que a sofria, diminuindo assim a distância entre essas duas formas.

Também se estuda a relação de microagressões raciais além das sofridas por pessoas pretas, abordando também as dirigidas às pessoas ázio-americanas, com a identificação de temas específicos ligados a este grupo (Sue *et al.*, 2007).

Percebemos então que não há um consenso acadêmico quanto ao tema, mas a elaboração de cada vez mais pesquisas devido ao aumento de interesse pelas microagressões vem consolidando suas fronteiras e definições, com pesquisas de alto impacto.

5 Microagressões de gênero e sexualidade

Após a criação do termo microagressão e o ressurgimento em trabalhos científicos em 2007, pesquisas com o termo se popularizaram e diversas outras produções exploraram este fenômeno, agora em grupos além dos originais, que focavam em pessoas pretas norte-americanas. Sue (2010) elabora sobre as microagressões como não apenas uma questão de raça, visto que essas violências se baseiam em preconceito e discriminação pautada em marginalização de grupos sociais, podendo se estender a outros além do originalmente proposto. O autor aponta explicitamente as questões raciais, de gênero e de orientação sexual como exemplos comuns de microagressões que devem ser investigados. Além destes, Sue também menciona grupos como os de religiões marginalizadas, pessoas com deficiência, dentre outros.

O primeiro enfoque sobre outras áreas se inicia com um diálogo entre as microagressões raciais e o gênero, questionando se as experiências entre homens pretos e mulheres pretas seriam diferentes. As pesquisas de Solórzano, Ceja e Yosso (2000) e Solórzano (1998) se apresentam como as primeiras a trazerem essa discussão, antes mesmo do termo se popularizar anos mais tarde. O interesse de dialogar com estes recortes de gênero se dá pelas diferenças de poder entregues às mulheres e aos homens, o que acabaria modificando as microagressões sofridas. O gênero se torna importante objeto de pesquisa pois aborda como o papel social da mulher foi se moldando a partir da história até o ponto atual e como as estruturas de poder se mantêm baseadas nessa hierarquização de gênero. O fazer mulher e o fazer homem são postos em debate (Louro, 2008). Este olhar de uma característica alterando a vivência de um tipo de violência é mais bem explicado pelo conceito de interseccionalidade.

O conceito da interseccionalidade foi criado na década de 60 por mulheres do movimento feminista, em específico as feministas pretas que não viam nas falas e experiências das mulheres brancas uma representação total do feminismo, buscando assim dialogar com outras identidades e realidades (Collins; Bilge, 2020). Temos então uma análise de um tema observando-o não como



um todo, mas todas as partes que o integram, ou, como as próprias autoras explicam:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2020, p. 16)

Os estudos de interseccionalidades são vastos, principalmente as pesquisas qualitativas, apesar de ser necessário compreender as limitações quanto aos pontos de interseccionalidade. Compreendendo a unicidade de tais identidades, os trabalhos sobre microagressões tomam novas formas. Schmaling (2007) inicia a análise das microagressões específicas de gênero ao propor uma taxonomia das violências sofridas por mulheres, relacionando as discriminações sofridas por estas com as categorias propostas no trabalho de Sue *et al.* (2007). O gênero começa então a deixar de ser um complemento à análise racial para se tornar o principal tema de pesquisa ao se abordar as microagressões. Capodilupo *et al.* (2010), por exemplo, apresentam uma pesquisa focando apenas as microagressões sofridas por mulheres cis, sem o ‘recorte racial’ sempre atrelado às microagressões.

Embora Capodilupo *et al.* (2010) acione a ideia de ‘recorte racial’, mas ao considerar a noção da interseccionalidade assumida pelos autores deste artigo, compreende-se que as identidades sociais e as categorias de opressão, como gênero, raça, sexualidade e classe social, não existem isoladamente, mas estão profundamente entrelaçadas e se influenciam mutuamente. Portanto, não devem ser entendidas como recorte. As formas de opressão e discriminação que uma pessoa enfrenta são moldadas pela combinação e interação de seus diferentes marcadores sociais. Essa abordagem é importante porque permite uma análise mais precisa e completa das desigualdades, uma vez que reconhece que as experiências individuais não podem ser totalmente compreendidas por meio de uma única dimensão de identidade.

Na prática, isso significa que em muitas situações é complexo distinguir se um ato de violência ou discriminação foi motivado unicamente por racismo, sexismo, classismo ou homofobia, por exemplo. Uma mulher negra pobre pode enfrentar violência que é simultaneamente racial, de gênero e socioeconômica, e essas dimensões estão tão interligadas que torna-se desafiador identificar onde uma termina e a outra começa. Essa perspectiva é essencial para desenvolver políticas públicas, intervenções sociais e análises acadêmicas que reconheçam e abordem as complexidades das experiências vividas por indivíduos situados na intersecção de múltiplas opressões (Kyrillos, 2020).



Tais estudos de microagressões de gênero então começam a se estender para outras áreas e contextos específicos e, em cada um deles, uma nova taxonomia é proposta para compreender a nova realidade pesquisada, buscando compreender se o local onde as pessoas estão inseridas altera as violências sofridas. Alguns exemplos deste tipo de trabalho são as pesquisas que buscam compreender as microagressões de raça e gênero em um ambiente acadêmico predominantemente branco (McCabe, 2009) ou sobre as microagressões de gênero no ambiente de trabalho (Basford; Offermann; Behrend, 2014), com resultados afirmando que o local afeta a forma como estas microagressões são vivenciadas. Tais estudos podem, inclusive, delimitar seu objeto de pesquisa de tal forma que analisam as microagressões vivenciadas por este grupo em um contexto mais específico, como as microagressões de gênero sofridas em um curso de graduação como física e astronomia (Barthelemy; McCormick; Henderson, 2016) ou em programas específicos de faculdades comunitárias (Lester; Struthers; Yamanaka, 2017). Se percebe então uma tendência das pesquisas em afunilar seu objeto de pesquisa, dando características únicas às microagressões encontradas conforme se aprofundam no tema.

Conforme os estudos de microagressões de gênero vão se desenvolvendo e recebendo mais identidades que apresentam novas taxonomias, questões como classe e sexualidade são adicionadas ao debate, podendo complementar a pesquisa de gênero ou tomando completamente seu lugar de destaque. Assim como ocorreu anteriormente com os estudos de microagressão envolvendo gênero, os de sexualidade nascem com a intersecção deste com a etnia.

Os estudos então ganham novos escopos quanto ao tema da sexualidade quando Balsam *et al.* (2011) realizam uma pesquisa envolvendo microagressões sofridas por pessoas de cor⁴ que são LGBTQAPN+, apesar de ser necessário apontar que a maioria dos participantes se identificava como gay ou lésbica, não abarcando a sigla LGBTQAPN+ como um todo.

Posteriormente uma visão mais ampla sobre as microagressões presentes na sigla LGBT é mais debatido no trabalho de Nadal (2013), que traz questões concernentes apenas à comunidade gay, à comunidade lésbica, comunidade bi e comunidade trans, inclusive trazendo a questão do que chama de “microagressões interseccionais”, que seria o fato de um contexto atravessar outro e assim mudar a forma como a microagressão é percebida, por exemplo, ao se falar das violências

4 O termo pessoa de cor começou a ser utilizado nos anos 60 nos Estados Unidos para mencionar pessoas pretas, que antes eram referenciadas como “colored”, que se traduz como “coloridas”, um termo que carregava conotação racista. Posteriormente o termo começou a abranger também latinos e eventualmente outras minorias étnicas, como nativos americanos e asiáticos. A identidade “pessoa de cor”, no contexto norte-americano, é utilizada para mobilizar em conjunto grupos étnicos e raciais em movimentos de reivindicação de direitos, apesar do termo não anular as lutas individuais dos grupos (Comas-Díaz, 2000). Já em contexto brasileiro, o termo pessoa de cor não é bem recebido por ser uma negação da identidade preta ou negra ao se escolher outro termo para se referenciar esta população (Itani, 1998).



sofridas por uma pessoa LGBT e ao mesmo tempo dialogar com questões raciais, de gênero, acessibilidade e inclusão, dentre outros. A pesquisa de Nadal, ao mesmo tempo que aponta as microagressões de pessoas LGBT no todo, ainda assim evidencia a necessidade de elaborar sobre as microagressões específicas concernentes a casa identidade.

As primeiras pesquisas a criar uma taxonomia buscaram abordar as microagressões específicas de pessoas LGB (Nadal *et al.*, 2011). Bostwick e Hequembourg (2014) apontaram as disparidades das microagressões dirigidas a pessoas bissexuais quando comparadas a pessoas heterossexuais ou gays e lésbicas, evidenciando a necessidade de pesquisas focadas nestas identidades. Tal resultado é corroborado por outras pesquisas que apontam certas microagressões como mais frequente em mulheres e homens bissexuais do que outras identidades LGBT (Sarno; Wright, 2013).

Pode-se perceber que há uma disparidade quando se aborda cada uma das identidades. Se pode usar como exemplo as disparidades entre as violências sofridas por homens gays e mulheres trans, estas em situação de vulnerabilidade muito maior (Carvalho; Carrara, 2013). Essa coletividade imaginada acaba apagando o protagonismo de cada uma das identidades, que são desiguais entre si. Costumeiramente homens gays cis⁵ são apontados como sujeitos que militam para uma causa própria e não em uma coletividade. Ao mesmo passo, certas identidades possuem necessidades específicas e contextos específicos (Aguião, 2016). As pesquisas mais abrangentes, buscando analisar as microagressões sofridas pela comunidade LGBT, dão espaço para as pesquisas com grupos específicos, como apenas o de gays, o de lésbicas, o de bissexuais e o de pessoas trans. Pesquisas mais recentes que focam nas identidades trazem diálogos que abordem as questões de gênero e questões raciais.

É com este pensamento sobre a necessidade de estudos de microagressões sobre cada identidade que nascem pesquisas focadas nestas. A literatura começa então a abordar estes grupos compreendendo as características específicas destes (Nadal *et al.*, 2016). O principal trabalho a realizar uma pesquisa sobre microagressões contra identidades trans é o de Nadal, Skolnik e Wong (2012), que propôs uma taxonomia de doze categorias específicas para este grupo. Este trabalho acaba se tornando basilar para pesquisas futuras sobre microagressões contra pessoas trans, que focam em cada uma das categorias elencadas.

Assim como ocorre com temáticas anteriores, conforme as taxonomias são criadas, novas intersecções e contextos são propostos. Entram neste rol estudos específicos, como os sobre microagressões contra pessoa trans praticadas por amigos próximos, o que reitera a característica

5 Que se identifica com o mesmo gênero atribuído no nascimento.



de “não-intenção” de ataque à identidade, sendo um sintoma de uma transfobia enraizada culturalmente e socialmente imposta (Galupo; Henise; Davis, 2014) ou as microagressões que ocorreriam dentro do relacionamento com a pessoa trans (Pulice-Farrow; Brown; Galupo, 2017). Por fim, dentro destes estudos há ainda os debates sobre como essas microagressões se apresentam para cada identidade dentro da identidade trans, levando em consideração que esta seria um termo guarda-chuva⁶. Se questiona como tais microagressões se diferenciam para pessoas não-binárias, genderqueer, homens ou mulheres trans, dentre tantas outras (Chang; Chung, 2015).

As pesquisas sobre gênero e sexualidade então se desenvolvem com o foco em contextos específicos e em identidades individuais, propondo novas taxonomias que representem bem seu objeto de pesquisa.

6 Considerações finais

As microagressões emergem no contexto das violências simbólicas, representando manifestações sutis, porém persistentes, de opressão dirigidas a grupos historicamente marginalizados. Elas revelam conteúdos implícitos de preconceito e exclusão social, sendo classificadas em diferentes categorias, de acordo com a natureza da violência e os significados que carregam. Embora o conceito tenha surgido em estudos centrados na questão étnico-racial, foi rapidamente incorporado por pesquisadores de diversas áreas, que perceberam seu potencial para descrever experiências de violências sutis em múltiplos contextos. Essa expansão se deu a partir da compreensão de que cada vivência é singular, assim como as formas de opressão enfrentadas.

Com base nesse entendimento, o campo de estudos sobre microagressões foi se ampliando, abordando inicialmente experiências de pessoas de origem asiática, latino-americana e de outros grupos étnicos, até alcançar temáticas relacionadas ao gênero. As pesquisas passaram a focar nas vivências das mulheres e, em seguida, nas intersecções entre cor, gênero e sexualidade. Gradualmente, o conceito foi sendo aplicado a estudos sobre a população LGBTQIAPN+, que inicialmente tratavam o grupo de forma ampla e, mais recentemente, vêm aprofundando-se nas especificidades de cada identidade dentro do espectro.

Importante destacar que as microagressões não se restringem a interações interpessoais cotidianas entre civis. Elas também estão presentes em estruturas institucionais, sendo reproduzidas por organizações e serviços públicos. Isso reforça a necessidade de estudar essas formas de violência com o objetivo não apenas de compreendê-las, mas também de desenvolver estratégias, políticas públicas e debates que possam atuar sobre as bases que sustentam sua reprodução, qualquer que

⁶ Termo para uma palavra que abarca outras identidades que se apresentam no mesmo contexto.



seja a temática abordada. No campo dos serviços, como o espaço terapêutico, essas microagressões podem afetar diretamente a qualidade do atendimento, comprometendo o cuidado ofertado.

Os estudos sobre microagressões costumam seguir um padrão: partem de uma delimitação temática e da construção de uma taxonomia, para então desdobrar-se em pesquisas mais específicas. Essas investigações abordam, por exemplo, a interseccionalidade entre gênero, etnia e sexualidade, ou ainda os contextos onde as microagressões ocorrem — como no ambiente de trabalho, nas instituições educacionais, nos serviços de saúde, entre outros. Apesar do incentivo ao avanço dessa área de pesquisa, ainda há críticas quanto à falta de delimitação conceitual mais precisa do termo.

No Brasil, os estudos sobre microagressões eram ainda incipientes enquanto o tema já ganhava destaque na América do Norte. Foi apenas por volta de 2020 que as pesquisas começaram a crescer de forma expressiva, abordando microagressões relacionadas à etnia, gênero e sexualidade. Desde então, o tema vem ganhando centralidade nos debates acadêmicos, com trabalhos que não apenas ampliam as discussões, mas também ressaltam a necessidade de maior sistematização conceitual. A maioria dessas pesquisas reforça a relevância do conceito como ferramenta analítica útil para compreender as experiências de minorias sociais e suas identidades.

Referências

AGUIÃO, Silvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re) arranjos da política “LGBT”. *Cadernos Pagu*, v. 46, p. 279-310, 2016.

ALLPORT, Gordon Willard; CLARK, Kenneth; PETTIGREW, Thomas. *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley Publishing Company, 1954.

ALMEIDA, Gabriel Ponce de Leão; NEVES, André Luiz Machado; Dantas, Daniela dos Santos. Experiências de microagressões contra a identidade não-binária. *Revista Periódicus*, v. 1, p. 121-141, 2024.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BALSAM, Kimberly F.; MOLINA, Yamile; BEADNELL, Blair; SIMONI, Jane; WALTERS, Karina. Measuring multiple minority stress: the LGBT People of Color Microaggressions Scale. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, v. 17, n. 2, 163-174, 2011.

BARTHELEMY, Ramón S.; MCCORMICK, Melinda; HENDERSON, Charles. Gender discrimination in physics and astronomy: Graduate student experiences of sexism and gender microaggressions. *Physical Review Physics Education Research*, v. 12, n. 2, p. 020119, 2016.

BASFORD, Tessa E.; OFFERMANN, Lynn R.; BEHREND, Tara S.



Do you see what I see? Perceptions of gender microaggressions in the workplace. *Psychology of Women Quarterly*, v. 38, n. 3, p. 340-349, 2014.

BAUMEISTER, Roy F.; LEARY, Mark R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, v. 117, n. 3, p. 497-529, 1995.

BOSTWICK, Wendy; HEQUEMBOURG, Amy. 'Just a little hint': Bisexual-specific microaggressions and their connection to epistemic injustices. *Culture, health & sexuality*, v. 16, n. 5, p. 488-503, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989.

CAPODILUPO, Christina M.; NADAL, Kevin L.; CORMAN, Lindsay; HAMIT, Sahran; LYONS, Oliver B.; WEINBERG, Alexa. The manifestation of gender microaggressions. In: SUE Derald Wing (ed.). *Microaggressions and marginality: Manifestation, dynamics, and impact*. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc. 2010. p. 193-216.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, p. 319-351, 2013.

CHANG, Tiffany K.; CHUNG, Y. Barry. Transgender microaggressions: Complexity of the heterogeneity of transgender identities. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, v. 9, n. 3, p. 217-234, 2015.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1ed, São Paulo: Boitempo, 2020.

COMAS-DÍAZ, Lilian. An ethnopolitical approach to working with people of color. *American Psychologist*, v. 55, n. 11, p. 1319, 2000.

CRAWFORD, Curtis. Rescuing the concept of discrimination. *Academic Questions*, v. 14, n. 3, p. 47, 2001.

DESOUZA, Eros R.; WESSELMANN, Eric D.; ISPAS, Dan. Workplace discrimination against sexual minorities: Subtle and not-so-subtle. *Canadian Journal Of Administrative Sciences/Revue canadienne des sciences de l'administration*, v. 34, n. 2, p. 121-132, 2017.

FOUCAUL, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRANKLIN, Jeremy. Racial microaggressions, racial battle fatigue, and racism-related stress in higher education. *Journal of Student Affairs at New York University*, v. 12, n. 44, p. 44-55, 2016.

FREEMAN, Lauren; STEWART, Heather. Toward a harm-based account of microaggressions. *Perspectives on Psychological Science*, v. 16, n. 5, p. 1008-1023, 2021.

GALUPO, M. Paz; HENISE, Shane B.; DAVIS, Kyle S. Transgender microaggressions in the context of friendship: Patterns of experience



across friends' sexual orientation and gender identity. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, v. 1, n. 4, p. 461, 2014.

GARCIA, Gina A.; JOHNSTON-GUERRERO, Marc P. Challenging the utility of a racial microaggressions framework through a systematic review of racially biased incidents on campus. *Journal of Critical Scholarship on Higher Education and Student Affairs*, v. 2, n. 1, p. 4, 2015.

GLOBAL LANGUAGE MONITOR. *Microaggression is the Top Word of the Year for Global English 2015*. Disponível em: <https://languagemonitor.com/global-english/microaggression-is-the-top-word-of-the-year-for-global-english-2015/>. Acesso em: 28 set. 2022.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. New York: Simon & Schuster, 1963.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 20, n. 20, p. 265-271, 2011.

HARTGERINK, Chris H. J.; VAN BEEST, Ilja; WICHERTS, Jelte M.; WILLIAMS, Kipling D. The ordinal effects of ostracism: A meta-analysis of 120 Cyberball studies. *PloS one*, v. 10, n. 5, p. 1-25, 2015.

ITANI, Aline. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, Júlio Groppa. *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1998. v. 8. p. 119-134.

JACKMAN, Mary R. Violence in social life. *Annual review of sociology*, p. 387-415, 2002.

JONES, Kristen P.; PEDDIE, Chad I.; GILRANE, Veronica L.; KING, Eden B.; GRAY, Alexis L. Not so subtle: a meta-analysis of the correlates of subtle and overt discrimination. *Journal of Management*, v. 42, n. 6, 1588-1613, 2016.

KENDI, Ibram X. *Como ser antirracista*. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. Fractured cities, second-class citizenship. In: KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. *Fractured cities: social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America*. New York: Zed Books, 2007. p. 7-22.

KRIEGER, Nancy. Discrimination and health inequities. *International Journal of Health Services*, v. 44, n. 4, p. 643-710, 2014.

KURZBAN, Robert; LEARY, Mark R. Evolutionary origins of stigmatization: the functions of social exclusion. *Psychological Bulletin*, v. 127, n. 2, p. 187-201, 2001.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, p. e56509, 2020.

LEARY, Mark R. Making sense of self-esteem. *Current directions in psychological science*, v. 8, n. 1, p. 32-35, 1999.



LESTER, Jaime; STRUTHERS, Brice; YAMANAKA, Aoi. Unwelcoming classroom climates: The role of gender microaggressions in CTE. *New Directions for Community Colleges*, v. 178, n. 2017, p. 67-77, 2017.

LILIENFELD, Scott. O. Microaggressions: Strong claims, inadequate evidence. *Perspectives on psychological science*, v. 12, n. 1, p. 138-169, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v. 19, p. 17-23, 2008.

MCCABE, Janice. Racial and gender microaggressions on a predominantly White campus: Experiences of Black, Latina/o and White undergraduates. *Race, Gender & Class*, p. 133-151, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, p. 646-647, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*, 2004.

NADAL, Kevin L. Responding to racial, gender, and sexual orientation microaggressions in the workplace. In: PALUDI, Michele A.; PALUDI JR, Carmen A.; DESOUZA, Eros R. (ed.), *Praeger handbook on understanding and preventing workplace discrimination*. Santa Barbara: Praeger, 2011. p. 23-32.

NADAL, Kevin L.; ISSA, Marie A.; LEON, Jayleen; METERKO, Vanessa; WIDEMAN, Michelle; WONG, Yinglee. Sexual orientation microaggressions: "Death by a thousand cuts" for lesbian, gay, and bisexual youth. *Journal of LGBT Youth*, v. 8, n. 3, p. 234-259, 2011.

NADAL, Kevin L.; SKOLNIK, Avy; WONG, Yinglee. Interpersonal and systemic microaggressions toward transgender people: Implications for counseling. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, v. 6, n. 1, p. 55-82, 2012.

NADAL, Kevin L. *That's so gay! Microaggressions and the lesbian, gay, bisexual, and transgender community*. American Psychological Association, 2013.

NADAL, Kevin L.; WHITMAN, Chassitty N.; DAVIS, Lindsay S.; ERAZO, Tanya; DAVIDOFF, Kristin C. Microaggressions toward lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, and genderqueer people: A review of the literature. *The journal of sex research*, v. 53, p. 488-508, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PICKETT, Cynthia L.; GARDNER, Wendi L. The social monitoring system: Enhanced sensitivity to social cues as an adaptive response to social exclusion. In: WILLIAMS, Kipling D.; FORGAS, Joseph P.; HIPPEL, William von (ed.), *The social outcast: ostracism, social*



exclusion, rejection, and bullying. New York: Psychology Press, 2015. p. 213–226.

PIERCE, Chester. Offensive mechanisms. In: BABOUR, Floyd B. *The black seventies*. New York: Porter Sargent, 1970. p. 265-282.

PULICE-FARROW, Lex; BROWN, Tabria D.; GALUPO, M. Paz. Transgender microaggressions in the context of romantic relationships. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, v. 4, n. 3, p. 362, 2017.

RICHMAN, Laura Smart; LEARY, Mark. Reactions to discrimination, stigmatization, ostracism and others forms of interpersonal rejection: a multi-motive model. *Psychological Review*, v. 116, n. 2, 365-383, 2009.

RIVA, Paolo; ECK, Jennifer. The many faces of social exclusion. In: RIVA, Paolo; ECK, Jennifer (ed.). *Social exclusion: psychological approaches to understanding and reducing its impact*. Switzerland: Springer International Publishing, 2016. p. 09-15.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007.

SARDENBERG, Cecilia M. B. *A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia*. PPGNEIM/UFBA, Salvador, 24 abr. 2011. Disponível em: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/violencia-simbolica-de-genero-e-lei-antibaixaria-na-bahia>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SARNO, Elissa; WRIGHT, A. Jordan. Homonegative microaggressions and identity in bisexual men and women. *Journal of Bisexuality*, v. 13, n. 1, p. 63-81, 2013.

SCHMALING, Karen B. Gender Microaggressions in Higher Education: Proposed Taxonomy and Change through Cognitive-Behavioral Strategies. *Forum on Public Policy Online*. Urbana: Oxford Round Table, n. 03, 2007.

SCHNEIDER, Kimberly T.; WESSELMANN, Eric D.; DESOUSA, Eros R. Confronting subtle workplace mistreatment: The importance of leaders as allies. *Frontiers in Psychology*, v. 8, p. 1051, 2017.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, p. 7-29, 1997.

SOLÓRZANO, Daniel G. Critical race theory, race and gender microaggressions, and the experience of Chicana and Chicano scholars. *International journal of qualitative studies in education*, Indianapolis, v. 11, n. 1, p. 121-136, 1998.

SOLÓRZANO, Daniel; CEJA, Miguel; YOSSO, Tara. Critical race theory, racial microaggressions, and campus racial climate: The experiences of African American college students. *Journal of Negro education*, v. 69, nos. 1/2, p. 60-73, 2000.

SOUZA, Eros R.; WESSELMANN, Eric D.; ISPAS, Dan. Workplace Discrimination against sexual minorities: subtle and not-so-subtle.



Canadian Journal of Administrative Sciences / Revue Canadienne des Sciences de l'Administration, v. 34, n. 2, p. 121-132, 2017.

SUE, Derald Wing. Microaggressions: More than just race. *Psychology Today*, v. 17, 2010.

SUE, Derald Wing; BUCCERI, Jennifer; LIN, Annie I.; NADAL, Kevin L.; TORINO, Gina C. Racial microaggressions and the Asian American experience. *Cultural diversity and ethnic minority psychology*, v. 13, n. 1, p. 72, 2007.

WILLIAMS, Kipling D.; NIDA, Steve A. Ostracism: Consequences and coping. *Current Directions in Psychological Science*, v. 20, n. 2, p. 71-75, 2011.

WILLIAMS, Monnica T. Microaggressions: Clarification, evidence, and impact. *Perspectives on Psychological Science*, v. 15, n. 1, p. 3-26, 2020.

WILLIAMS, Monnica T.; SKINTA, Matthew D.; MARTIN-WILLETT, Renée. After Pierce and Sue: A revised racial microaggressions taxonomy. *Perspectives on Psychological Science*, v. 16, n. 5, p. 991-1007, 2021.

WONG, Gloria; DERTHICK, Annie O.; DAVID, E. J. R.; SAW, Anne; OKAZAKI, Sumie. The what, the why, and the how: A review of racial microaggressions research in psychology. *Race and social problems*, v. 6, n. 2, p. 181-200, 2014.

YOSSO, Tara; SMITH, William; CEJA, Miguel; SOLÓRZANO, Daniel. Critical race theory, racial microaggressions, and campus racial climate for Latina/o undergraduates. *Harvard Educational Review*, v. 79, n. 4, p. 659-691, 2009.

